



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 4.014-B, DE 2023

(Da Sra. Célia Xakriabá)

Dispõe sobre a presença obrigatória de Intérprete/Tradutor de Língua Indígena em Órgãos Públicos, Instituições de Funções Essenciais à Justiça e Concessionárias de Serviços Públicos; tendo parecer: da Comissão da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais, pela aprovação (relator: DEP. DORINALDO MALAFAIA); e da Comissão de Administração e Serviço Público, pela aprovação, com substitutivo (relatora: DEP. SÂMIA BOMFIM).

DESPACHO:

ÀS COMISSÕES DE:

AMAZÔNIA E DOS POVOS ORIGINÁRIOS E TRADICIONAIS;

ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO;

FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (ART. 54 RICD) E

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (MÉRITO E ART. 54, RICD)

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

S U M Á R I O

I - Projeto inicial

II - Na Comissão da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais:

- Parecer do relator
- Parecer da Comissão

III - Na Comissão de Administração e Serviço Público:

- Parecer da relatora
- Substitutivo oferecido pela relatora
- Parecer da Comissão
- Substitutivo adotado pela Comissão



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada **Célia Xakriabá** (PSOL/MG)

Apresentação: 21/08/2023 11:32:58.770 - MESA

PL n.4014/2023

PROJETO DE LEI Nº , de 2023

(Da Sra. Deputada Célia Xakriabá)

Dispõe sobre a presença obrigatória de Intérprete/Tradutor de Língua Indígena em Órgãos Públicos, Instituições de Funções Essenciais à Justiça e Concessionárias de Serviços Públicos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei assegura, em órgãos públicos, Instituições de Justiça, concessionárias de serviço público a obrigatoriedade de presença de Intérprete/Tradutor de Língua Indígena, para atendimento da população indígena;

§ 1º - Considera-se língua indígena aquelas utilizadas pelos povos indígenas, independente se língua materna, incluídas linguagens de sinais indígenas;

§ 2º - A definição da(s) Língua(s) Indígena(s) com necessidade de interpretação/tradução deverá levar em conta a presença de falantes de línguas indígenas na Unidade Federativa onde está instalada o órgão, levando em consideração o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE;

§ 3º - A simples presença de falantes de línguas indígenas na região vincula o órgão público a necessidade de contratação, não dependendo de outra provocação;

Art. 2º - Enquanto não houver regulamentação específica do Profissional Intérprete e/ou Tradutor, considera-se, para os fins destas leis, o profissional com habilidade de compreensão de línguas indígenas, de mediação e diálogo, tradução intercultural e possibilidade de tradução da língua portuguesa para a língua indígena e vice-versa;





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada **Célia Xakriabá** (PSOL/MG)

Art. 3º - A contratação de Intérpretes deverá, obrigatoriamente, contar com a consulta e participação da(s) Comunidade(s) Indígenas da região, e de órgãos/conselhos voltados à Educação Indígena, quando houver;

Art. 4º - No caso de Instituições Essenciais à Justiça, a participação em reuniões, audiências públicas, tomadas de depoimentos envolvendo indígena falante de língua indígena diversa a do português, a presença do profissional Intérprete de Língua Indígena é obrigatória;

Art. 5º - Em se tratando de atendimento a mulheres em situações de violência, doméstica ou não, ou qualquer tipo de vulnerabilidade, incluindo tratamentos de saúde, deverá ter preferência o atendimento de intérprete de língua indígena do gênero feminino.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

JUSTIFICAÇÃO

Segundo dados do IBGE, fala-se, no Brasil mais de 270 línguas indígenas em todo o território. O último censo, de 2022, recém-divulgado aponta que quase 1,7 milhão de pessoas no Brasil se identificam como indígenas e que a cada 10 cidades, 09 contam com povos indígenas autoidentificados.

A Organização das Nações Unidas, através de sua Assembleia Geral, proclamou que a década entre 2022 e 2023 como a Década Internacional das Línguas Indígenas, reconhecendo a necessidade de valorização dessas línguas e de fortalecimento de Direitos Linguísticos dos Povos Originários.

Apesar das diversas mobilizações de diversos povos indígenas Brasileiros, e de suas conquistas, ainda há um longo caminho no Brasil na garantia de Direitos e Políticas Linguísticas. A Constituição Federal, ao determinar o idioma oficial da República o português, não exclui a necessidade de reconhecimento de outras línguas. Pelo contrário, o texto constitucional aponta como diretriz o reconhecimento das línguas indígenas como bem dos povos indígenas, em seu Art. 231, bem como o direito à educação em língua indígena pela comunidade indígena.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada **Célia Xakriabá** (PSOL/MG)

O referido projeto de Lei, portanto, insere-se dentro dos marcos da Constituição Federal e no reconhecimento da diversidade étnica e cultural do país, bem como garantindo objetivo de combate às desigualdades, uma vez que povos indígenas apontam, recorrentemente, de diversas formas, que o uso apenas do português pelos órgãos públicos é uma barreira de acesso dos povos indígenas à políticas públicas de saúde, educação, cultura, acesso à justiça, etc.

Sala das Sessões, em 09 de agosto de 2023.

Deputada Célia Xakriabá

PSOL/MG

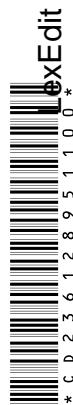
Apresentação: 21/08/2023 11:32:58.770 - MESA

PL n.4014/2023



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Célia Xakriabá

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD236128951100>



CD236128951100
LexEdit

COMISSÃO DA AMAZÔNIA E DOS POVOS ORIGINÁRIOS E TRADICIONAIS

PROJETO DE LEI Nº 4.014, DE 2023

Dispõe sobre a presença obrigatória de Intérprete/Tradutor de Língua Indígena em Órgãos Públicos, Instituições de Funções Essenciais à Justiça e Concessionárias de Serviços Públicos.

Autora: Deputada CÉLIA XAKRIABÁ

Relator: Deputado DORINALDO MALAFAIA

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei em análise tem o nobre objetivo de dispor “sobre a presença obrigatória de Intérprete/Tradutor de Língua Indígena em Órgãos Públicos, Instituições de Funções Essenciais à Justiça e Concessionárias de Serviços Públicos”.

O autor aponta em sua justificativa, entre outras questões, inserir-se o Projeto de Lei dentro dos marcos da Constituição Federal, na medida em que reconhece a diversidade étnica e cultural do país e contribui para o combate às desigualdades.

A proposição foi distribuída às Comissões da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais; Administração e Serviço Público; Finanças e Tributação (art. 54 RICD) e Constituição e Justiça e de Cidadania (mérito e art. 54, RICD).

O Projeto de Lei está sujeito à apreciação Conclusiva pelas Comissões (art. 24 II) e tramita em regime ordinário (art. 151, III, RICD).



Ao fim do prazo regimental, nesta Comissão, não foram apresentadas emendas ao projeto.

É o Relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O Projeto de Lei em análise é indubitavelmente meritório, na medida em que dispõe “sobre a presença obrigatória de Intérprete/Tradutor de Língua Indígena em Órgãos Públicos, Instituições de Funções Essenciais à Justiça e Concessionárias de Serviços Públicos”.

Como bem aponta o autor da proposição, a proposta se coaduna com os ditames constitucionais, reconhecendo a diversidade étnica e cultural do país e contribuindo para o combate às desigualdades.

Por razões óbvias, o uso apenas do português pelos órgãos públicos representa uma clarividente barreira para que os indígenas que não possuam o domínio da língua portuguesa tenham o devido acesso a políticas públicas de saúde, educação, cultura, acesso à justiça, entre outras.

Ademais, vale ressaltar que a medida tem também um importante aspecto cultural, contribuindo para a preservação da língua indígena. Vai ao encontro, assim, dos objetivos propostos pela Organização das Nações Unidas, ao promover entre os anos de 2022 e 2032 a Década Internacional das Línguas Indígenas¹.

Em síntese, tem-se que a proposição irá contribuir não só para a diversidade cultural, mas, em especial, para o acesso dos indígenas aos serviços e órgãos públicos, tornando a prestação das atividades mais efetiva. Assim, caminha em prol da construção de uma sociedade justa e solidária, pluriétnica e multicultural, com respeito e reconhecimento a todos que a compõem.

Pelo exposto, somos favoráveis à proposição e convocamos os pares a sua aprovação.

¹ Disponível em <https://brasil.un.org/pt-br/212593-onu-lan%C3%A7a-plano-de-10-anos-para-apoiar-l%C3%ADnguas-ind%C3%ADgenas-amea%C3%A7adas>.



Sala da Comissão, em de de 2023.

Deputado DORINALDO MALAFAIA
Relator

2023-19337

Apresentação: 20/11/2023 10:41:56.573 - CPOVOS
PRL 1 CPOVOS => PL 4014/2023

PRL n.1





CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DA AMAZÔNIA E DOS POVOS ORIGINÁRIOS E TRADICIONAIS

PROJETO DE LEI Nº 4.014, DE 2023

III - PARECER DA COMISSÃO

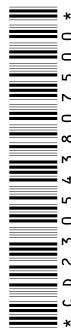
A Comissão da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais, em reunião extraordinária realizada hoje, mediante votação ocorrida por processo simbólico, concluiu pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.014/2023, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Dorinaldo Malafaia.

Registraram presença à reunião os seguintes membros:

Célia Xakriabá - Presidente, Chico Alencar - Vice-Presidente, Airton Faleiro, Defensor Stélio Dener, Dorinaldo Malafaia, Elcione Barbalho, Gabriel Mota, Juliana Cardoso, Túlio Gadêlha, Zezinho Barbary, Paulo Guedes e Silas Câmara.

Sala da Comissão, em 21 de novembro de 2023.

Deputada CÉLIA XAKRIABÁ
Presidente



COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 4.014, DE 2023

Dispõe sobre a presença obrigatória de Intérprete/Tradutor de Língua Indígena em Órgãos Públicos, Instituições de Funções Essenciais à Justiça e Concessionárias de Serviços Públicos.

Autora: Deputada CÉLIA XAKRIABÁ

Relatora: Deputada SÂMIA BOMFIM

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 4.014, de 2023, da nobre deputada Célia Xakriabá, torna obrigatória a presença de intérprete/tradutor de língua indígena em órgãos públicos, em instituições que exercem funções essenciais à justiça e em concessionárias de serviços públicos.

O Projeto foi distribuído às Comissões de Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais; Administração e Serviço Público; Finanças e Tributação (art. 54 RICD) e Constituição e Justiça e de Cidadania (mérito e art. 54 RICD).

Na Comissão da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais, em 21/11/2023, foi aprovado o parecer do Relator, Dep. Dorinaldo Malafaia (PDT-AP), pela aprovação da matéria.

A apreciação da Proposição é conclusiva nas Comissões e seu regime de tramitação é ordinário, conforme o art. 24, inciso II e art. 151, inciso III, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD).

É o relatório.



II - VOTO DA RELATORA

Conforme relatado, o Projeto de Lei sob exame torna obrigatória a presença de intérprete de língua indígena em órgãos públicos, em instituições que exercem funções essenciais à justiça e em concessionárias de serviços públicos.

Acreditamos que em um país culturalmente diversificado como o nosso, onde há uma riqueza de idiomas e dialetos indígenas, é imperativo que as comunidades indígenas possam exercer seus direitos por meio da comunicação efetiva em suas línguas nativas.

Muitas vezes, barreiras linguísticas podem resultar em mal-entendidos graves ou até violações de direitos, o que poderia ser evitado com a presença de um intérprete qualificado.

Em contextos de saúde, por exemplo, a precisão na comunicação pode ser a diferença entre um diagnóstico correto e um erro médico. Assim, garantir intérpretes nesses cenários é assegurar que os indígenas tenham o mesmo tratamento e acesso a serviços como qualquer outro cidadão.

A presença de intérpretes facilita a interação com os serviços de educação, saúde, segurança e assistência social, tornando esses serviços verdadeiramente universais. A inclusão linguística, portanto, é um passo essencial para a inclusão social e para o cumprimento dos princípios constitucionais de igualdade e dignidade da pessoa humana.

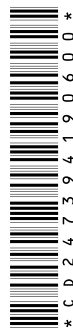
Nesse contexto, revela-se meritória a Proposição, que necessita, no entanto, de ajustes para atender aos comandos da Lei Complementar nº 95, de 1998, e ainda, autorizar expressamente a contratação desses profissionais com conhecimentos da língua indígena por meio de credenciamento, nos termos da Lei de Licitações e Contratações Públicas.



Por essas razões, votamos pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 4.014, de 2023, na forma do **Substitutivo** anexo.

Sala da Comissão, em 19 de agosto de 2024.

Deputada **SÂMIA BOMFIM**
Relatora



COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI N 4.014, DE 2023

Altera a Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, para assegurar a presença de intérprete ou tradutor de língua indígena ou profissional com conhecimento da língua e da cultura indígena em órgãos e entidades públicos que prestam atendimento ao cidadão e em concessionárias de serviços públicos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 2º

XI - assegurar a presença de intérprete ou tradutor de língua indígena ou profissional com conhecimento da língua e da cultura indígena em órgãos e entidades públicos que prestam atendimento ao cidadão e sejam próximos à respectiva comunidade, incluídos os órgãos essenciais à justiça e à segurança pública, assim como em concessionárias de serviços públicos.

.....
§ 2º Para atendimento ao disposto no inciso XI do caput deste artigo, é facultada a contratação de intérprete ou tradutor de língua indígena ou profissional com conhecimento da língua e da cultura indígena por meio de credenciamento, nos termos do art. 79 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.” (NR)



Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 19 de agosto de 2024.

Deputada **SÂMIA BOMFIM**
Relatora





CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 4.014, DE 2023

III - PARECER DA COMISSÃO

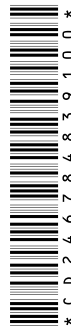
A Comissão de Administração e Serviço Público, em reunião extraordinária realizada hoje, mediante votação ocorrida por processo simbólico, concluiu pela aprovação, com substitutivo do Projeto de Lei nº 4.014/2023, nos termos do Parecer da Relatora, Deputada Sâmia Bomfim.

Registraram presença à reunião os seguintes membros:

Adriana Ventura, Marcos Pollon, Prof. Reginaldo Veras, Reimont, Roberta Roma, Ronaldo Nogueira, André Figueiredo, Antonio Carlos Rodrigues, Coronel Meira, Erika Kokay, Gilson Daniel, Luiz Gastão e Sâmia Bomfim.

Sala da Comissão, em 8 de outubro de 2024.

Deputado WALDEMAR OLIVEIRA
Presidente



COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA COMISSÃO AO PROJETO DE LEI N 4.014, DE 2023

Altera a Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, para assegurar a presença de intérprete ou tradutor de língua indígena ou profissional com conhecimento da língua e da cultura indígena em órgãos e entidades públicos que prestam atendimento ao cidadão e em concessionárias de serviços públicos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 2º

.....
.....

XI - assegurar a presença de intérprete ou tradutor de língua indígena ou profissional com conhecimento da língua e da cultura indígena em órgãos e entidades públicos que prestam atendimento ao cidadão e sejam próximos à respectiva comunidade, incluídos os órgãos essenciais à justiça e à segurança pública, assim como em concessionárias de serviços públicos.

.....
.....



§ 2º Para atendimento ao disposto no inciso XI do caput deste artigo, é facultada a contratação de intérprete ou tradutor de língua indígena ou profissional com conhecimento da língua e da cultura indígena por meio de credenciamento, nos termos do art. 79 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.” (NR)



Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 8 de outubro de
2024.

Deputado WALDEMAR OLIVEIRA
Presidente

